

CORREIO TALKS/ Uma mudança no sistema tributário focada apenas nos impostos federais não será suficiente para fazer com que a economia brasileira volte a crescer de forma robusta e sustentável, de acordo com especialistas

Reforma ampla em debate

» AUGUSTO FERNANDES
» ROSANA HESSEL

Valter Campanato/Agência Brasil - 24/8/18



A reforma na tributação de bens e serviços é a pauta que tem maior capacidade de aumentar o crescimento do país em um horizonte de 10 e 15 anos

Bernard Appy diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF)

A pandemia da covid-19 tem deixado consequências severas na economia do Brasil, que precisa lidar a cada dia com o fechamento de empresas e a consequente redução dos postos de trabalho, principalmente, na indústria. A crise sanitária também afastou investidores estrangeiros e contribuiu para o encerramento de atividades no país de indústrias estrangeiras. Para contornar esse cenário, economistas e políticos defendem uma ampla modificação no sistema tributário brasileiro, pois entendem que o atual modelo pode dificultar a retomada do desenvolvimento do país. Segundo eles, uma reforma focada apenas nos tributos federais não será suficiente para a economia voltar a crescer de forma mais robusta e sustentável.

A fim de discutir o assunto com mais profundidade, o **Correio Braziliense** promoverá, em 8 de junho, uma nova edição do Correio Talks, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a partir das 9h30. O seminário virtual com especialistas, lideranças do setor e autoridades tem como objetivo debater sobre quais são os desafios para o Brasil avançar com essa agenda essencial para o crescimento sustentado da economia brasileira. Durante o evento, os palestrantes explicarão como é possível realizar uma reforma tributária ampla, completa e total, que simplifique e torne mais racional a cobrança de taxas, impostos e tri-

butos por parte dos governos federal, estadual e municipal.

Um dos convidados é o economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), e mentor da proposta de reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados, a PEC 45/2019. Para ele, mudanças nas regras tributárias sem incluir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, e o Imposto Sobre Serviços (ISS), que é municipal, não corrigirá as distorções que atrapalham o desenvolvimento econômico do país.

“A reforma na tributação de bens e serviços é a pauta que tem

maior capacidade de aumentar o crescimento do país em um horizonte de 10 e 15 anos”, afirma. “Sem uma reforma ampla uma parte enorme dos ganhos será perdida”, acrescenta Appy.

O especialista cita um estudo do economista Braulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), mostrando que a aprovação de uma reforma tributária nos moldes da PEC 45, que prevê a unificação de três tributos federais, PIS-Cofins e Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), mais o ICMS e o ISS, tem o poder de elevar o crescimento do Produto Interno Bru-

» Anote na agenda

Correio Talks — Indústria em debate: por uma reforma tributária ampla

Data e horário: 8/6, a partir das 9h30

Transmissão:

<https://www.correio braziliense.com.br/correiotalks/reformatributaria.html>

Programação

9h30 Abertura

9h35 Apresentação dos palestrantes

9h40 Armando Monteiro – Conselheiro Emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

9h55 Ricardo Barros – Deputado Federal (PP-PR)

10h10 Roberto Rocha – Senador da República (PSDB-MA) e Presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária

10h25 Melina Rocha – Professora e Consultora Especializada em IVA/IBS

10h40 Alexis Fonteyne – Deputado Federal (Novo-SP)

10h55 Bernard Appy – Diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF)

11h10 Momento de debate

12h Encerramento

to (PIB) brasileiro em 33% nos próximos 15 anos, considerando os efeitos diretos e indiretos. “Isso quer dizer que, em vez de crescer, em média, 2% ao ano nesse período, o PIB poderá ter uma expansão de quase 4% ao ano, considerando os efeitos diretos e indiretos da reforma”, explica.

Na avaliação de Appy, o atraso na reforma tributária condena o país a continuar patinando e a ter um crescimento pífio nos próximos anos. “As distorções na tributação são tão grandes que acabam tendo um efeito negativo na economia. A indústria hoje é mais tributada do que outros setores, mas, com uma reforma bem-fei-

ta e ampla, o impacto sobre o crescimento vai beneficiar todos os segmentos. No longo prazo, nenhum setor perde”, garante o especialista na área tributária.

A indústria é o setor responsável pelos empregos melhor remunerados pelo setor privado e, portanto, seu desenvolvimento ajuda a garantir melhor renda e produtividade para o país. “O Brasil está em um processo de desindustrialização precoce, em grande medida, devido às distorções do sistema tributário. E esse processo de desindustrialização está relacionado com o baixo crescimento do país nos últimos anos”, destaca o diretor do CCiF.

Injustiça

Outro convidado para o debate, o deputado federal Alexis Fonteyne (Novo-SP), faz coro pela conclusão da reforma tributária ampla para que as empresas, em especial as menores, tenham condições de contribuir para a retomada da economia do Brasil. “Infelizmente, o sistema brasileiro não tributa pelo valor agregado, mas pelo faturamento. Na Europa, que adota o tributo de valor agregado, as empresas que passaram por dificuldade nessa pandemia tiveram impostos restituídos ou então não pagaram. Mas no Brasil, como é diferente, todas foram tributadas. Isso é um problema”, destaca.

O parlamentar diz que o sistema tributário brasileiro deveria ser modular em função da atividade econômica, e não ser aplicado da mesma forma em tempos de expansão e de recessão. Ele reclama que o atual modelo em vigor no país “é uma jabuticaba de três pinos que só existe no Brasil e que atrapalha a vida de todo mundo”.

“A economia brasileira sangra há mais de 30 anos, e, a cada dia que passa, o Brasil fica para trás. O nosso consumidor paga mais caro por bens e serviços, porque o país se fecha para o mercado internacional, e isso acaba gerando problemas sociais, como empresas que não têm competitividade, um volume cada vez menor de investimentos e o crescimento do desemprego. Temos um ciclo vicioso que precisa ser interrompido. Para isso, precisamos nos ajustar a um sistema tributário que é padrão mundial”, afirma Fonteyne.

CONJUNTURA

Analistas divididos sobre a MP da Eletrobras

A aprovação da Medida Provisória 1031/2021, que trata da privatização da Eletrobras, na última quarta-feira (19) pela Câmara dos Deputados, divide opiniões no mercado. Se por um lado, analistas elogiaram o avanço da pauta no Congresso Nacional e a perspectiva de desestatização da companhia elétrica estar mais próxima, por outro, há a percepção de que o texto ainda contém vícios que interferem em questões de planejamento do setor elétrico.

Enquanto os otimistas apostam que a privatização poderá ajudar na renovação de concessões da geração e ganhos operacionais, boa parte de analistas e investidores olha com ressalvas a proposta aprovada pelos deputados.

Na avaliação do estrategista de pessoa física da Santander Corretora, Fernando Hadba, as ações da Eletrobras devem enfrentar volatilidade nas próximas semanas, pois o preço deve reagir a qualquer atualização da tramitação no Senado Federal. “A proposta claramente não é perfeita, mas está na direção

correta. Acreditamos que o texto atual tem chances reais de aprovação no Senado. A única certeza é de que se a privatização for aprovada no Senado, os preços (das ações) vão subir”, disse ele, em entrevista à *Agência Estado*.

Alvaro Bandeira, sócio e economista-chefe do banco digital Modalmais, acredita que a versão do texto aprovada ainda traz muitas dúvidas sobre o processo de capitalização da estatal, e que o desfecho da MP ainda parece longe. “A visão geral é que vai provocar aumento de tarifa para pessoas físicas e jurídicas e pode sofrer mudanças no Senado, retornando para a Câmara”, destacou.

A forte oscilação na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) nos últimos dias devido ao aumento das incertezas no mercado interno, aliás, tem feito com que os investidores nacionais voltem a procurar a renda fixa. Dados recentes do fluxo de capital do mercado secundário mostram que, desde o último dia 12, brasileiros já retiraram R\$ 2,7 bilhões da B3.

Caiado comemora decisão do STF

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), comemorou nas redes sociais a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) para o estado ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Segundo ele, com a decisão, o estado terá capacidade para retomar concursos públicos para preencher vagas desativadas, “acertar promoções e progressões”. Em sua conta no Twitter, Caiado mencionou ainda que há 400 obras estaduais paradas neste momento.

O projeto de renegociação será apresentado no dia 12 de

junho e estará pronto até dezembro, de acordo com o governador, para o ingresso no regime, em 2022. “Começaremos a quitar as dívidas a partir de 2023, com a projeção de restabelecer as condições fiscais em até seis anos”, escreveu Caiado. Agora, após a decisão do STF, Goiás poderá assinar contrato de refinanciamento de dívidas com o Tesouro Nacional. A dívida de Goiás junto à União soma R\$ 23 bilhões, atualmente. Com a renegociação, o pagamento será de R\$ 400 milhões por ano, segundo o governador.



INDÚSTRIA EM DEBATE

Por uma reforma tributária ampla

A crise gerada pela pandemia da covid-19 demonstra que é preciso resolver com urgência o principal gargalo que dificulta a competitividade do Brasil: o complexo e oneroso sistema de cobrança de impostos, que reflete diretamente nas empresas, investimentos, empreendimentos e impede o desenvolvimento econômico e social do país. Para isso, é fundamental que seja realizada uma Reforma Tributária ampla, completa e total, que simplifique e torne mais racional a cobrança de taxas, impostos e tributos por parte dos governos federal, estadual e municipal.

Para promover uma ampla discussão, o Correio Talks Live reunirá especialistas, lideranças do setor e autoridades para um debate sobre essa agenda essencial para o crescimento sustentado da economia brasileira.

8 JUNHO,
ÀS 9H30

Acompanhe ao vivo no site e redes sociais do Correio direto do Estúdio Online da CNI

Acesse e inscreva-se



Debatedores



Armando Monteiro
Conselheiro Emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI)



Ricardo Barros
Deputado Federal (PP-PR)



Roberto Rocha
Senador (PSDB-MA)



Alexis Fonteyne
Deputado Federal (NOVO-SP)

Mediador



Melina Rocha
Professora e consultora especializada em IVA/IBS



Bernard Appy
Diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF)



Vicente Nunes
Editor executivo do Correio Braziliense

[/correio braziliense](https://www.facebook.com/correio braziliense)

[@correio](https://twitter.com/correio)

[Correio Braziliense](https://www.youtube.com/correio braziliense)

[correio braziliense.com.br/correiotalks](https://www.correio braziliense.com.br/correiotalks)

Realização:

CORREIO BRAZILIENSE

Patrocínio:



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA